

FONTES

FONTES PARA A HISTÓRIA DA MORTE NA BAHIA DO SÉCULO XIX*

João José Reis

A história das atitudes diante da morte constitui um dos campos mais interessantes da chamada "história das mentalidades". Utilizando uma variedade de fontes literárias, arquivísticas, iconográficas e arquitetônicas, os historiadores, principalmente franceses, têm estudado as mudanças das atitudes do homem europeu diante da morte, numa perspectiva de longa e média duração. A grande virada nessas atitudes teria ocorrido na era do iluminismo e das revoluções, entre os séculos XVIII e XIX, movimento que para uns se operou da morte domesticada à morte selvagem, para outros, da morte barroca à morte moderna, e ainda outros, da morte corporativa à morte individualista.

Mas, embora variando na nomenclatura, o fenômeno é o mesmo. Em todos os casos, observou-se um declínio dos ritos simbolicamente profusos, do funeral-espetáculo, da piedade extravagante na hora da morte, de concepções mágico-religiosas em torno do cadáver e da sepultura, em favor do minimalismo simbólico, do funeral econômico, da secularização e medicalização das concepções em torno do cadáver e da sepultura. Foi nesse período que as igrejas e os cemitérios paroquiais

Versão revista de comunicação ao 8º Congresso Brasileiro de Arquivologia, Salvador, 14 a 20 de outubro de 1990. O autor gostaria de agradecer aos pareceristas do Caderno do CRH pelos comentários e ao CNPq pelo financiamento do projeto, do qual este é um resultado parcial.

Caderno CRH, n. 15, p. 111-122, jul./dez., 1991

passaram a ser motivo de preocupações sanitárias e os mortos foram expulsos das cidades para ocuparem cemitérios extramuros¹.

Entre nós, o estudo da morte de uma perspectiva histórica é incipiente. Uma coletânea publicada pelo sociólogo José de Souza Martins (1983) tem uma fraca participação dos historiadores. Ali mesmo, Maria Luiza Marcílio escreveria: "Nossos historiadores pouco se voltaram para o assunto". (Marcílio, 1983: 64). Entretanto, àquela altura, Kátia Mattoso (1979) já havia chamado a atenção para o potencial dos testamentos como fontes para o estudo da morte brasileira. Esses mesmos testamentos serviram de base para a tese de mestrado de Inês Oliveira (1979, 1988), recentemente publicada, onde dedica um inteligente capítulo às atitudes dos ex-escravos - os chamados libertos - face à morte.

Infelizmente, a produção historiográfica no Brasil é insular, ou seja, circula em ambientes restritos, dentro das fronteiras de cada Estado, cidade, ou até de cada departamento universitário. E, assim, os trabalhos de Mattoso e Oliveira - omitidos no balanço de Maria Luiza há pouco mencionado -, também não constam da bibliografia de Adalgisa Arantes Campos, autora de dois interessantes trabalhos (1987a, 1987b), publicados na *Revista do Departamento de História da UFMG*, sobre a morte em Minas Gerais do século XVIII, em que explora, entre outras fontes, os testamentos. Meu próprio estudo sobre o assunto (Reis, 1991) provavelmente terá omissões. Nele utilizo a maioria das fontes aqui discutidas.

Os testamentos formam a base documental principal dos estudos sobre a morte e representam talvez a fonte primária mais rica sobre o assunto. Mas o que ó que o testamento tem?

Eis as passagens relevantes de um deles, o de Tereza Luiza da Rosa, escrito em 1818, em Salvador:

"Em nome de Deus, Amém. Eu Tereza Luiza da Rosa, estando gravemente enferma mas em meu perfeito juízo e entendimento segundo Deus foi servido dar-me, e querendo por minha alma no caminho da salvação, faço este meu testamento na forma seguinte: Sou Católica Romana e creio [em] todos os mistérios da mesma Santa fé que professo e nela espero viver e morrer; peço e rogo à Santíssima Trindade graça [de] receber a minha alma na sua glória quando sair deste corpo mortal, pelos merecimentos de nosso Senhor Jesus Cristo, e rogo à mesma senhora Maria

¹ Ver, por exemplo, Lebrun (1971), Ariés (1977a, 1977b, 1983), Favre (1978), Vovelle (1974, 1978), Thibaut-Payen (1977), Goujard (1981), McManners (1981), Foisil (1974), Hannaway (1977), Chaunu (1986), Gittings (1984), Sanchez Lopez (1990), Rivas Alvarez (1986), Feijó et alli (orgs) (1983).

Santíssima me alcance do mesmo seu amado filho os auxílios que necessito para salvar a minha alma [...] Meu testamenteiro mandará dizer uma capela de missas por minha alma, e as missas de corpo presente que se poderem celebrar de esmola de 320 réis, e assim mais uma capela pela alma de meu Pai, outra por alma de minha Mãe, meia capela por alma dos meus escravos e meia por alma de uma defunta que sou obrigada por restituição, sendo estas a primeira que se mandará dizer, e assim mais uma capela por tenção das pessoas com quem tenho tido negócio e deva algum encargo, da mesma esmola; deixo a minha sobrinha Maria Luiza 20\$000 por esmola. [...] O meu corpo será amortalhado em hábito de São Francisco e enterrado na Matriz desta vila ou na de onde falecer, acompanhado de meu Reverendo Pároco e dez sacerdotes a quem se dará a esmola do costume e se dará vela de libra ao Reverendo Vigário, e de meia libra aos mais sacerdotes e me acompanharão as irmandades de que sou Irmã, e se pagarão a elas o que eu dever¹².

Os testamentos, em sua grande maioria, não eram escritos pelo testador, mas por algum letrado, freqüentemente um escrivão, o que significa que contém fórmulas, como por exemplo a abertura, o preâmbulo e, um pouco, a invocação de santos. Neste último caso, as variações são muitas e há sempre a contribuição do testador, desejoso de incluir sua lista pessoal de intercessores divinos. Quanto aos demais itens - o número de missas, seus beneficiados, sua solenidade; o tipo de mortalha, de funeral, a pompa prevista, a igreja de enterro - a vontade do testador se torna quase absoluta. No máximo, podemos imaginar o escrivão perguntando: Não quer deixar missas prá alguém? Onde você quer ser sepultado? Ao que o dono da morte respondia...

A riqueza desse material é evidente. Por ter informações típicas que se repetem em quase todos, é ideal para uma análise quantitativa de curta ou longa duração (Mattoso, 1979). E, o mais importante, ele existe em abundância no Arquivo Público do Estado, catalogado sob duas séries: os Livros de Registros de Testamentos, que cobrem todo o século XIX, e entram pelo XX; e a série Inventários, cuidadosamente catalogada em fichas por ordem alfabética. São milhares de documentos. Os inventários freqüentemente trazem em anexo o testamento, caso o morto inventariado houvesse redigido um.

2 Arquivo Público do Estado da Bahia, Inventários, nº 01/65/80/01.

Os testamentos são fontes típicas da historiografia da morte em todo mundo. São bem conhecidos. Falemos agora dos inventários, uma documentação menos utilizada.

Os inventários listam os bens do morto e seus valores, mas listam também as dívidas. Entre estas, as despesas funerárias, ou seja, os bens e serviços consumidos pelo morto. Podemos assim estabelecer, com certa precisão, não só como as famílias enterravam seus membros, mas quanto gastavam nisso e em que gastavam. Quanto para mortalha, caixão, panos funerários, velas, padres, sepultura, missas, música etc? Qual a variação desse investimento segundo a posição do falecido na estrutura familiar? Os recibos respondem. Eles também revelam uma rede de profissionais da morte, pessoas e instituições especializadas em funerais. É possível escrever sobre a economia funerária baiana a partir dessa documentação. Qual a relação entre a fortuna do morto e o preço de seu funeral? E como variou essa despesa no tempo? O potencial para a quantificação é óbvio. Esta série documental, assim como os testamentos, se concentram no século XIX. Entretanto, tenho encontrado inventários, e testamentos a eles apensos, até do século XVII - poucos, é verdade.

E já que estamos falando em séries regulares, sensíveis ao tratamento quantitativo, é indispensável uma visita ao Arquivo da Cúria Metropolitana, para ali consultar os livros de óbitos. O valor desse tipo de fonte para a história demográfica da época proto-estatística já foi demonstrado por muitos historiadores (no caso baiano, Athayde, 1975). Tomemos, ao acaso, uma entrada no Livro de óbitos da Sé:

"Aos 6 de janeiro de 1835, faleceu com todos os sacramentos de moléstia interior, Leopoldina Theodora Ferreira, parda, solteira, idade 15 anos, foi Encomendada de Cruz, Estola pelo Revdo. Cura, Sacristão, sepultado em Guadalupe, no ato de sua irmandade [do Guadalupe], amortalhada de preto, do que fiz este assento e assinei. O cura encomendado João Thomas de Souza³.

Quanta coisa nesse curto registro! Os dados vitais: sexo, cor, estado civil, idade, causa presumida (e obscura) da morte. A assistência espiritual recebida ao morrer (os sacramentos). O tipo de solenidade fúnebre: vestimenta do padre, número de padres, presença de irmandade. O tipo de mortalha. O local de enterro. É possível estabelecer várias relações entre as variáveis sociais e as "mentais", por exemplo, cor e

3 Arquivo da Cúria de Salvador, Livro de registro de óbitos, freguesia da Sé, 1831-40, não catalogado.

condição social (escravo/liberto/livre) com número de padres, tipo de mortalha e local de enterro.

E este registro que citei, de 1835, é um registro sintético, sinal dos tempos. Nos registros mais antigos, mais barrocamente retóricos, do século XVII ao início do XIX, somos informados sobre missas fúnebres e até resumos das disposições temporais dos bens dos mortos. Mas, se varia no tempo, o detalhamento pode também variar de uma paróquia para outra. No mesmo ano de 1835, o padre Manoel Dendê Bus, pároco da Conceição da Praia, anotava, além daquelas informações de praxe, o endereço do morto, estado civil e nome do cônjuge, o nome do dono da casa do óbito, às vezes até a hora exata do último suspiro. Os livros de óbitos das dez freguesias da Salvador de então cobrem todo o século XIX e entram pelo século XX, com algumas lacunas de livros em estado deplorável de conservação. Para o século XVIII - alguns alcançando o fim do século XVII - as lacunas se multiplicam, o estado de conservação piora consideravelmente: livros perdidos, esfarelados ou empedrados, de leitura impossível, situação que abate o pesquisador.

Ainda no âmbito das instituições religiosas, não se pode omitir a documentação das irmandades. A mais poderosa delas, a Santa Casa da Misericórdia, foi durante muito tempo responsável por conduzir os mortos baianos em tumbas ou esquifes, que controlava em regime de monopólio (Russel-Wood, 1968: cap. 9). Nos livros das tumbas e do banguê - este último para lançamento dos escravos e indigentes que a Misericórdia levava, num pobre esquife, ao cemitério do Campo da Pólvora - registravam-se preço do serviço, nome do morto, cor, nacionalidade, às vezes filiação, ou nome do senhor do escravo. Lá também se encontram os livros de óbito dos Irmãos da Santa Casa, geralmente membros da elite baiana, enterrados no corpo da igreja e, posteriormente, nos carneiros da irmandade, no subsolo da sacristia.

Essas séries se prestam à quantificação. Os livros do banguê, por exemplo, permitem determinar a evolução do preço dos enterros de escravos. Além desses, os livros de atas, de acordãos e outras séries guardam preciosas informações sobre o amplo papel desempenhado pela Santa Casa na ordem funerária da Bahia colonial e provincial, inclusive a documentação referente ao cemitério do Campo Santo, que passou a seu controle na década de 1840.

Todas as irmandades tinham estatutos ou compromissos onde, entre outras coisas, registravam a assistência fúnebre devida a seus membros. Esses documentos constituem fontes magníficas sobre os usos fúnebres, especialmente os cortejos, o local de sepultura e as missas. Neles se estabeleciam os direitos dos irmãos mortos a funerais solenes, bem como os deveres dos irmãos vivos em prestigiá-los com suas

presenças. Os livros de óbitos, de contas, de atas, de acordãos, de requerimentos das irmandades mostram, por outro lado, a concretização ou não das promessas dos compromissos. Recibos de pagamento por missas fúnebres, abertura de covas, fornecimento de mortalhas a irmãos pobres, requerimentos de irmãos pedindo enterro de parentes nas irmandades, decisões sobre a construção ou reforma de cemitérios e carneiros contam a história da morte da perspectiva dessas instituições.

Infelizmente, os arquivos das irmandades e ordens terceiras baianas desapareceram ou estão a caminho disso, com raras exceções. A mais elogiosa das exceções é a Santa Casa, que possui um acervo bem organizado e catalogado. Ali os documentos estão seguros, podendo ser consultados em horários regulares.

A Ordem Terceira do Carmo também tem seu arquivo disposto em dois armários, os manuscritos embrulhados, os pacotes numerados, prova de que algum arquivista passou por lá. Mas não existe um controle e uma fiscalização permanentes do acervo, tornando problemática a consulta e, mais ainda, a segurança da documentação. A Ordem Terceira de São Francisco, cujo arquivo foi nas décadas de trinta e quarenta consultado amplamente por sua historiadora, Marieta Alves (1948), estava - pelo menos até 1989 quando o consultei - jogado em algumas estantes, próximo a janelas quebradas, os livros desorganizados e maltratados, pasto de traças e cupins⁴. A Ordem Terceira (ex-Irmandade) do Rosário dos Pretos, no Pelourinho, teve parte importante de seu arquivo destruída no incêndio da igreja da Barroquinha, para onde havia sido transferida enquanto se reformava a igreja do Pelourinho. Mas, alguma coisa que ficou para trás foi salva, inclusive o compromisso de 1820, um precioso livro de entrada dos irmãos, pedaços de livros de atas, contas e correspondências, recentemente acondicionados e provisoriamente classificados por pesquisadores do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-IPAC⁵. Em todas essas instituições, à exceção da Santa Casa, pouca ó a documentação anterior ao século XIX.

Outros acervos de irmandade existem, mas não cabe aqui descer a tanto detalhe. O certo, porém, é que a maior parte já se perdeu. Quem quiser saber dos compromissos mais antigos, do século XVII e XVIII por

4 O pequeno mas seguro arquivo da Ordem Terceira de São Domingos, foi pesquisado por Camargo (1979). Além deste, Martinez (1979) consultou os arquivos das ordens terceiras de São Francisco, Carmo e Conceição do Boqueirão.

5 O acervo da Irmandade do Rosário dos Pretos é de longa data bem conhecido dos irmãos e dos estudiosos, inclusive de pesquisadores do IPAC, como Bacelar e Souza (1974). Mas, no verão de 1989, o então diretor geral do órgão causou sensação com a "descoberta" dessa documentação. Ver o jornal baiano A Tarde (28.02.1989).

exemplo, terá de consultar os arquivos portugueses, a Torre do Tombo ou o Arquivo Histórico Ultramarinho. Foi lá que fui ler muitos dos compromissos das irmandades negras da Bahia setecentista⁶.

As fontes até aqui examinadas permitem perceber a lenta passagem da morte tradicional para a morte moderna. Há outras fontes que permitem observar o momento de ruptura enquanto combate ao antigo modo de morrer. A ruptura veio, entre outros fatores, com a medicalização da morte. Tendo ocorrido na maior parte da Europa no final do século XVIII, o fenômeno se reproduziria no Brasil após a Independência enquanto sistemática campanha higienista. Esse movimento está consignado nas leis sanitárias do Império, das províncias e dos municípios, entre outras fontes legislativas, algumas impressas, outras manuscritas.

Mas o discurso mais organizado sobre o assunto vamos encontrar nas publicações médicas, inclusive periódicos mais ou menos populares (como o *Diário de Saúde*) e eruditos (como a *Revista Médica Fluminense*), que faziam alarde sobre os perigos sanitários dos enterros nas igrejas e outros "maus" costumes funerários. Esse material era publicado sobretudo no Rio de Janeiro, mas era muito lido na Bahia a partir da década de 1830. A discussão teve como cenário principal a Faculdade de Medicina, criada em 1830, e pode ser estudada nas teses de formatura sobre "polícia médica" ou "higiene". Muitas dessas teses se encontram no Memorial de Medicina da Bahia, mas aquelas sobre a questão específica dos enterros fui encontrar na Biblioteca Nacional.

Aliás, é mais um crime contra a cultura o que ocorre com a antiga biblioteca da Faculdade, abandonada à umidade, aos ratos e baratas, além das traças, no antigo necrotério (por falar em morte...) do Terreiro de Jesus. Sob aquelas pilhas desordenadas, podem estar enterradas, por exemplo, as coleções das revistas médicas que aqui recebíamos do Rio de Janeiro. Lá também deveria estar a tradução da tese do médico mulato de Maragogipe, Manoel Maurício Rebouças, tio do abolicionista André Rebouças, defendida na Universidade de Paris em 1831, publicada em Salvador em 1832. A tese do baiano, exemplo mais direto da influência francesa em nosso pensamento médico sobre a morte, pode ser consultada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

As teses de conclusão do curso de Medicina, mesmo as que não tratavam de enterros e temas afins, são fontes indiretas para o estudo da nova mentalidade, se considerarmos suas dedicatórias. Estas são às vezes elaborados textos (impressos) de agradecimento e homenagem a familiares e benfeitores já mortos, ou melhor, a seus "manes", como

6 Utilizei como guia nestes arquivos o trabalho de Mulvey (1976).

escreviam aqueles recém-formados. Essas referências quase literárias aos mortos, contrastam com o discurso devoto das dedicatórias de missas que encontramos nos testamentos.

A morte, que atravessa nossa vida de tantas maneiras, se faz presente numa variedade de fontes. Em quase todas as séries manuscritas do Arquivo do Estado, por exemplo, que conheço bem e onde pesquisei sobre diversos outros assuntos, estou sempre a encontrá-la. O mesmo pode ser dito das fontes impressas, como os jornais antigos, que podem ser lidos no Arquivo, mas também na Biblioteca Central do Estado e no Instituto Geográfico e Histórico. Na sessão de anúncios desses jornais, faziam-se presentes comerciantes de cartas-convites para funerais, fabricantes de lápides e famílias enlutadas e seus amigos. Vez por outra encontra-se alguma peça rara, como um soneto publicado em 1836 pelo *Diário da Bahia*, em que seu autor homenageava um morto e se solidarizava com seu filho⁷. Entre as fontes impressas, é relevante o testemunho dos viajantes estrangeiros, alguns dos quais, como Lindley (1805), faziam dos funerais baianos uma espécie de passatempo.

Há fontes não escritas, ou que, se escritas, não o foram sobre papel mas sobre pedra. Os epitáfios são importantíssimos, e ainda podem ser consultados nas lápides que sobraram em nossas igrejas, ladrilhadas depois que os mortos foram dali expulsos. Mas podemos acompanhar os mortos ao exílio cemiterial e ler aí as lembranças deixadas por eles na memória dos vivos, observando como evoluiu desde o século passado o discurso lapidar, até o momento em que os vivos silenciaram, esquecendo seus mortos por detrás de suntuosos monumentos, ou de pobres carneiras, que só registram datas e nomes, não registram sentimentos explícitos.

A arquitetura cemiterial, freqüentemente celebrações do poder e abastança em que certos mortos viveram, terá muito a dizer sobre a relação entre vivos e mortos, e a posição de todos diante da morte. Sobre isso, aliás, já contamos com a obra pioneira de Clarival Valladares (1972). Nos cemitérios e igrejas há também toda uma iconografia piedosa - quadros, retábulos, azulejos, painéis, esculturas - que tematizam a morte e as vidas possíveis no além-túmulo.

A morte deixa marcas profundas na memória das coletividades. Essa memória faz parte da riquíssima tradição oral que nossos folcloristas colheram (por exemplo, Vianna, 1973: *passim*). Aí se escondem os aspectos mágicos da morte que, através dos tempos, têm sido matéria prima indispensável de nossa cultura funerária. Mas, a tradição oral é uma fonte de uso controvertido porque em geral lhe falta um elemento essencial

7 Diário da Bahia (23.09.1836), exemplar da Biblioteca Central do Estado.

ao trabalho dos historiadores: a data (Vovelle, 1987: 139-141). As histórias de assombração ouvidas de nossos avós são exatamente iguais às aquelas contadas por seus avós? Essa não é uma pergunta ociosa porque o tempo pode mudar personagens, cenários, sentidos, ênfases, estilos, além de enredos. A tradição oral raramente é imutável, ela em geral se atualiza: o que foi narrado no início do século XX talvez não valesse para o início do século XIX. Enfim, são muitas as possibilidades (e as dificuldades) documentais de um estudo sistemático das atitudes diante da morte entre os baianos do século passado. Fontes semelhantes às aquelas aqui discutidas provavelmente existem em acervos espalhados por todo o Brasil, o que permitiria interessantes estudos comparativos. Mas, por enquanto, é ainda necessário que se conheça como os brasileiros de cada região encararam a morte no passado e em que ritmo mudaram suas formas de morrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Marieta.

1948 *História da venerável ordem terceira da penitência do seráfico de São Francisco da congregação da Bahia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Ordem Terceira de S. Francisco. ARIES, Philippe.

1977a *L'homme devant la mort*. Paris: Seuil. (Ed. brasileira da Francisco Alves).

1977b *História da morte no ocidente*. Trad. Priscila Vianna de Siqueira. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

1983 *Images de l'homme devant la mort*. Paris: Seuil.

ATHAYDE, Johildo Lopes.

1975 *La ville de Salvador au XIXe siècle: aspects démographiques (d'après les registres paroissiaux)*. Paris: Tese (Doutorado) - Universidade de Paris. BACELAR, Jeferson A., SOUZA, Maria Conceição B. de.

1974 *O Rosário dos Pretos do Pelourinho*. Salvador: IPAC.

CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros.

1979 *Os Terceiros Dominicanos em Salvador*. Tese (Mestrado) - UFBA.

CAMPOS, Adalgisa Arantes.

1987a Considerações sobre a pompa fúnebre na capitania das Minas - o século XVIII. *Revista do Departamento de História da UFMG*. Belo Horizonte, 4, p. 3-24.

1987b A presença do macabro na cultura barroca. *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, 5, p. 83-90.
CHAUNU, Pierre.

1986 *La mort à Paris: 16e, 17e, 18e siècles*. Paris: Fayard.
FAVRE, Robert.

1978 *La mort dans la littérature et la pensée française au siècle des lumières*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.

FEIJÓ, Rui et al (orgs).

1983 Death in Portugal. *Journal of the Anthropological Society of Oxford*. Oxford.

FOISIL, Madeleine.

1974 Les attitudes devant la mort au XVIIIe siècle: sépultures et suppressions des sépultures dans le cimetière parisien des Saints-Innocents. *Revue Historique*, [s.l.], v. 98, n. 251, p. 303--330.

GITTINGS, Clare.

1984 *Death, Burial and the Individual in Early Modern England*. Londres: Routledge.

GOUJARD, Philippe.

1981 Echeq d'une sensibilité baroque: les testaments rouennais au XVIIIe siècle. *Annales E. S. C.*, [s.l.], v. 3, n. 1 jan/fev, p. 26-43.

HANNAWAY, Owen, HANNAWAY, Caroline.

1977 La fermeture du cimetière des innocents. *Dix-Huitième Siècle*, [s.l.], v. 9, p. 181-196. LEBRUN, François.

1971 *Les hommes et la mort en Anjou au 17e et 18e siècles*. Paris:

Mouton. LINDLEY, Thomas. 1805 *Narrative of a Voyage to Brazil*. Londres: J. Johnson. (Ed. brasileira da Companhia Editora Nacional). MATTOSO, Katia M. de Queirós.

1979 *Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX: uma fonte para o estudos de mentalidades*. Salvador: **Centra** de Estudos Baianos da UFBA.

MARCILIO, Maria Luiza.

1983 A morte de nossos ancestrais. In: MARTINS (org.), *A mor-*

te e os mortos. [s.l.], [s.n.], p. 61-75.

MARTINEZ, Socorro Targinio.

1979 *Ordens Terceiras: ideologia e arquitetura*. Salvador: Tese (Mestrado) UFBA. MARTINS, José de Souza (org.).

1983 *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec. McMANNERS, John.

1981 *Death and the Enlightenment: Changing attitudes to Death Among Christians and Unbelievers in 18th-Century France*. Oxford: Clarendon Press. MULVEY, Patrícia.

1976 *The black lay brotherhoods of colonial Brazil: a history*. New York: Tese (Doutorado) City University of New York. OLIVEIRA, Inês Cortes de.

1979 *O liberto: seu mundo e os outros*. Salvador: Tese (Mestrado) UFBA.

1988 *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio.

SANCHEZ LOPEZ, Juan Antonio.

1990 *Muerte y confradías de pasión en la Malaga del siglo XVIII*. Malaga: Diputacion Provincial de Malaga.

REBOLIÇAS, Manuel Maurício.

1832 *Dissertação sobre as inhumações em geral, seus desastrosos resultados, quando as praticam nas igrejas, e no recinto das Cidades, e sobre os meios de, à isso, remediar-se, mediante cemitérios extra-muros*. Salvador: Typographia do Orgão. REIS, João José.

1991 *A morte é uma festa: ritos funerários e rebelião no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das letras.

RIVAS ALVAREZ, José Antonio. 1986 *Miedo y piedad: testamentos sevillanos del siglo XVIII*. Sevilha: Diputacion Provincial de Sevilla. RUSSEL-WOOD, A. J. R.

1968 *Fidalgos and Philanthropists: The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. Berkeley: University of Califórnia Press.

THIBAUT-PAYEN, Jacqueline.

1977 *Les morts, l'Eglise et l'Etat: recherches d'histoire administrative sur la sépulture et les cimetières dans le ressort du Parlement de Paris aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: Ed. Fernand

Lanore. VALLADARES,
Clarival do Prado.

1972 *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros: um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas nas igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 2 v.

VIANNA, Hildegardes.

1973 *A Bahia já foi assim*. Salvador: Itapuã.

VOVELLE, Michel.

1974 *Mourir autrefois: attitudes collectives devant la mort aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: Gallimard.

1978 *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle*. Paris: Seuil.

1987 *Ideologias e mentalidades*. Trad. Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Brasiliense.